

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	23
<b>1 DA CONSTRUÇÃO DO INSTITUTO DA FILIAÇÃO E DE SUA PRETÉRITA CONCEITUAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO.....</b>	<b>27</b>
1.1 DOS POVOS PRIMITIVOS.....	28
1.2 DOS POVOS DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA.....	30
1.2.1 Do Direito Privado Grego .....	31
1.2.2 Do Direito Privado Romano.....	33
1.3 DOS POVOS GERMÂNICOS.....	42
1.4 DO DIREITO FEUDAL .....	44
1.5 DO DIREITO CANÔNICO .....	46
1.6 DO DIREITO PRÉ-REVOLUCIONÁRIO FRANCÊS AO CÓDIGO NAPOLEÔNICO .....	52
1.7 DO DIREITO PORTUGUÊS .....	62
1.8 DA PRETÉRITA CONCEITUAÇÃO DE FILIAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO .....	73
1.8.1 Dos Antecedentes à Codificação Brasileira .....	73
1.8.2 Do Código Civil Brasileiro de 1916.....	77
<b>2 DO ATUAL CONCEITO DE FILIAÇÃO À LUZ DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E DA INCLUSÃO DA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA IN VIVO POST MORTEM COMO HIPÓTESE DE ESTABELECIMENTO DE PATERNIDADE.....</b>	<b>87</b>

2.1 DO ATUAL CONCEITO DE FILIAÇÃO À LUZ DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO .....	87
2.1.1 Das Considerações Preliminares.....	87
2.1.2 Da Constitucionalização do Direito Privado em Nível Mundial .....	88
2.1.3 Do Conceito Hodierno de Filiação no Ordenamento Jurídico Pátrio à Luz da Constitucionalização do Direito Privado..	100
2.1.3.1 Da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em Matéria de Filiação.....	100
2.1.3.2 Do Papel Relevante do Estatuto da Criança e do Adolescente .....	105
2.1.3.3 Do Código Civil de 2002 .....	110
2.1.3.3.1 Do Projeto do Código Civil e sua Princiologia .....	110
2.1.3.3.2 Do Código Civil Vigente e do Diálogo das Fontes.....	112
2.1.3.3.3 Do Tratamento Jurídico do Instituto da Filiação no Código Civil de 2002 .....	114
2.2 DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA POR INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA IN VIVO POST MORTEM COMO HIPÓTESE DE ESTABELECIMENTO DE PATERNIDADE .....	119
2.2.1 Da Evolução Histórica da Inseminação Artificial.....	119
2.2.2 Da Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem como Técnica de Reprodução Assistida.....	125
2.2.2.1 Da Reprodução Assistida.....	125
2.2.2.2 Dos Critérios para a adequada Taxinomia das Técnicas de Reprodução Assistida.....	127
2.2.2.3 Das Técnicas de Reprodução Assistida.....	129
2.2.2.4 Do Atingimento da Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem .....	133

2.2.3 Da Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem no Direito Estrangeiro .....	133
2.2.3.1 Portugal.....	133
2.2.3.2 França .....	136
2.2.3.3. Espanha.....	137
2.2.3.4 Itália .....	140
2.2.3.5 Alemanha .....	142
2.2.4 Da Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem como Nova Hipótese de Estabelecimento de Paternidade no Ordenamento Jurídico Pátrio.....	143
2.2.4.1 Do Panorama da Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem .....	143
2.2.4.1.1 Dos Aspectos Legislativos e Judiciais.....	143
2.2.4.1.2 Dos Aspectos Doutrinários .....	147
2.2.4.2 Dos Novos Pressupostos para a Construção da Hipótese de Estabelecimento da Filiação em Matéria de Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem .....	149
2.2.4.2.1 Dos Novos Pressupostos .....	149
2.2.4.2.1.1 Da Constitucionalização do Direito Privado em matéria de Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem .....	150
2.2.4.2.1.2 Dos Princípios do Código Civil Brasileiro em matéria de Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem .....	150
2.2.4.2.1.3 Dos Princípios atinentes ao Direito de Família e sua Aplicação em Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem .....	153
2.2.4.2.1.3.1 Do Princípio da Igualdade de Filiação.....	153
2.2.4.2.1.3.2 Do Princípio do Melhor Interesse da Criança.....	154
2.2.4.2.1.3.3 Do Princípio da Solidariedade Familiar .....	155

2.2.4.1.2 Da Identificação do Critério Jurídico da Paternidade.....	155
2.2.4.2 Do Estabelecimento da Filiação e da Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem à luz de três situações hipotéticas: 1) existência do consentimento expresso deixado pelo marido ou companheiro falecido; 2) ausência de consentimento, sem oposição; e 3) manifestação de oposição expressa.....	161
2.2.4.2.1 Da Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem em caso de consentimento expresso deixado pelo marido ou companheiro falecido.....	161
2.2.4.2.2 Da Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem em caso de ausência de consentimento, sem oposição do marido ou companheiro falecido verbal ou por escrito .....	164
2.2.4.2.3 Da Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem em caso de manifestação de oposição expressa.....	166
<b>3 DOS REFLEXOS NO DIREITO SUCESSÓRIO DA PATERNIDADE VIA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA IN VIVO POST MORTEM .....</b>	<b>169</b>
3.1 DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES .....	169
3.2 DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FIGURA DO SUCESSOR.....	169
3.2.1 Das Leis dos Povos Mesopotâmicos.....	170
3.2.2 Das Leis de Manu.....	171
3.2.3 Do Direito Hebraico Antigo .....	171
3.2.4 Do Direito Privado Grego .....	172
3.2.5 Do Direito Privado Romano.....	174
3.2.6 Do Direito Germânico .....	181
3.2.7 Do Direito Medieval.....	182

3.2.8 Do Direito Revolucionário Francês ao Código Civil Napoleônico.....	185
3.2.9 Do Direito Português .....	189
3.2.10 Do Direito Brasileiro anterior à Constituição de 1988 .....	195
3.2.10.1 Do Período Pré-Codificado .....	195
3.2.10.2 Do Código Civil de 1916.....	197
3.3 DOS NOVOS PRESSUPOSTOS PARA A COMPREENSÃO DO DIREITO SUCESSÓRIO E DO ATUAL CONCEITO DE SUCESSOR LEGÍTIMO EM MATÉRIA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA IN VIVO POST MORTEM NO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO .....	205
3.3.1 Dos Novos Pressupostos para a compreensão do Direito Sucessório.....	206
3.3.1.1 Da Constitucionalização do Direito das Sucessões .....	206
3.3.1.2 Da Principiologia do Código Civil aplicado ao Direito das Sucessões.....	209
3.3.1.2.1 Do Princípio da Socialidade no Direito das Sucessões....	209
3.3.1.2.2 Do Princípio da Eticidade no Direito das Sucessões.....	210
3.3.1.2.3 Do Princípio da Operabilidade Direito das Sucessões ....	214
3.3.1.3 Da Unidade e da Sistemática do Ordenamento Jurídico .....	215
3.4 DO CONCEITO DE SUCESSOR LEGÍTIMO EM MATÉRIA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL HOMÓLOGA IN VIVO POST MORTEM NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO .....	217
3.4.1 Da Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem em uma perspectiva hipotética de sucessão legítima .....	219
3.4.1.1 Da Sucessão Legítima com Espécie de Sucessão Causa Mortis.....	219

3.4.1.2 Do Direito Estrangeiro em matéria de Sucessão Legítima do Concebido Post Mortem.....	220
3.4.1.3 Dos Novos Pressupostos Aplicados à Inseminação Artificial Homóloga In Vivo Post Mortem no Ordenamento Jurídico Pátrio .....	222
3.4.1.3.1 Da Constitucionalização das Relações Sucessórias e do Concebido Post Mortem.....	224
3.4.1.3.2 Da Princiologia Codicista de 2002 e do Filho Post Mortem .....	225
3.4.1.3.2 Dos Dispositivos do Código Civil Brasileiro que dão fundamento à Sucessão do ao filho nascido via Inseminação Artificial Homóloga Post Mortem In Vivo sob o influxo do Pensamento Sistemático e da Relativização do Princípio da Coexistência.....	228
3.4.2 Do Princípio da Segurança Jurídica: do Prazo Prescricional e dos Limites da Oponibilidade dos Direitos Sucessórios do Concebido Post Mortem em Inseminação Artificial Homóloga Perante Terceiros .....	232
3.4.2.1 Das Reflexões Preliminares .....	232
3.4.2.2 Do Prazo Prescricional dos Direitos Sucessórios do concebido post mortem .....	233
3.4.2.3 Da Oponibilidade dos Direitos Sucessórios do Concebido Post Mortem em Inseminação Artificial Homóloga: Do Novo Herdeiro, do Herdeiro Aparente e do Terceiro .....	236
<b>CONCLUSÃO</b> .....	241
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	259
<b>GLOSSÁRIO</b> .....	275